neste novo contexto. (ABT, 2017, p. 9).

Logo, conforme ABT (2017) pensar o uso da tecnologia na escola vai muito além de instalar laboratórios de informática, computadores e projetores ou lousas digitais nas salas de aula, pois, dependendo do uso dado a essas ferramentas, elas apenas replicam "velhas" maneiras de ensinar (educação tradicional), mas as tecnologias na sala de aula devem permitir não apenas uma evolução nas ferramentas de ensino (do quadro de giz ao quadro branco; da tela de projeção ao quadro interativo), como também, sobretudo, uma revolução no processo de ensino-aprendizagem.

ABT (2017) destaca que os jogos eletrônicos possuem características (como a interatividade, a capacidade de adaptação e o elemento lúdico), estruturadas por regras e metas, que possibilitam a aprendizagem por meio de feedback proveniente da resolução de problemas e resultados obtidos, com opções que podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas, bem como de outras habilidades metacognitivas relevantes vinculadas aos processos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade quando for bem trabalhada na educação infantil, pode poderá trilhar caminhos significativos na melhoria de toda educação, no qual possibilita a criança com uma visão mais ampla do mundo, sendo o lúdico indispensável à aprendizagem, a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade.

Pela ludicidade, a criança tem o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar, logo, ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens.

Mas pela tecnologia digital, é um processo de construção do conhecimento através do lúdico digital, juntamente com os conteúdos de forma interdisciplinar, para que possam resultar em oportunidades de ensino, possibilitando novas formas de ler, escrever, pensar e agir, ocorrem estímulos, obstáculos e motivações, momento em que a criança antecipa resultados, simboliza ou faz de conta, analisa as possibilidades, cria hipóteses e com esse processo constrói o saber.

Logo, o brincar e jogos digitais são importantes no exercício de elaboração da personalidade e de individuação da criança como sujeito pertencente a um grupo, nos quais muitas transformações urbanas, e de forma geral as sociais, contribuíram para que os jogos digitais e a Internet ocupassem lugar de destaque no cotidiano infantil.

REFERÊNCIAS

JESUS, Elza Santos Moura; PROPODOSKI, Neiva. Letramento digital através da ludicidade digital. Revista Educação e Linguagem – Eletrônica, Vol. 6 - n. 1 - p. 18-28/dez-2012.

MANHÃES, Jocileia dos Santos. Ludicidade na Educação de Infância: Um Olhar a Partir da Prática Pedagógica. ESE, Politécnico do Porto, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil.

2010. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadei ras-tizuko-morchida/file> Acesso em 20 de Fev de 2020.

SOUZA, Monique Medeiros de; CORAZZA, Carla ; NAVARINI, Jussara. A influência da tecnologia na ludicidade infantil na contemporaneidade. Cruz Alta: Anais Seminário Educação, 2017.

RAU. Maria Cristina Trois Dorneles. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2013.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

GLEICIANE BEZERRA BARRETO

RESUMO

O presente estudo pretende investigar a gestão democrática e sua importância no espaço escolar. A pesquisa foi organizada através do levantamento e discussão da literatura sobre o tema, onde foram analisados alguns aspectos deste processo histórico de integração, a sociedade, a família e a escola. Tendo como objetivos analisar a prática docente do pedagogo em um ambiente onde ocorre a gestão democrática, as dificuldades, os recursos e as técnicas utilizadas. Neste artigo enfatizaram-se as relações humanas, o Projeto Político Pedagógico e a Autonomia Escolar, considerando os temas pesquisados de grande relevância para reforçar as ações da Gestão Democrática no

espaço Escolar Brasileiro.

Palavras-chave: Gestão democrática; Sociedade; Família; Escola.

INTRODUÇÃO

A Gestão democrática é de extrema importância para termos uma escola acolhedora, dialógica que promova uma educação que integre todos os atores envolvidos no processo educacional, como professores, coordenadores, alunos e comunidade. Conforme nos traz Freire (1996, p. 26) "o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão".

Para termos uma escola melhor é necessário que as dificuldades encontradas por elas sejam problematizada.Sabe-se que o sistema educacional de quaisquer tipos de sociedade humana está ligado a sua historicidade, portanto transmite e reproduz valores desta mesma sociedade, que também faz parte de um sistema. Conforme nos traz Freire (1988, p.31), "o homem ao transformar a natureza também se transforma", ou seja, existe um movimento social dinâmico de criação, transmissão e transformação dos valores. O ambiente escolar não é e nem deve ser estático, portanto deve ser discutido para que as mudanças necessárias sejam vistas e revistas.

Ao falar sobre o papel da educação na sociedade, é inegável a premissa de que o acesso ao conhecimento representa uma das fontes de transformação e emancipação do ser mais reconhecidas. Isto acontece porque aprender gera desenvolvimento por meio de diversas habilidades e competências e prepara o indivíduo para sair da esfera de aluno para cidadão, crítico, reflexivo e com visão de mundo.

Com isso, cada vez mais se discute sobre mecanismos que viabilizem a qualidade educacional, pois é sabido que ofertar a educação vai muito além de oferecer um espaço para que o aluno seja matriculado e frequente cotidianamente, uma vez que envolve o despertar das potencialidades e a criação de todas as bases necessárias para que a aprendizagem e desenvolvimento aconteça de maneira efetiva.

Diante desse contexto, ressalta-se que já é reconhecido sobre a necessidade de investimentos na educação, disponibilidade de materiais, professores bem preparados para suas funções, dentre outras esferas, mas é preciso que todas estejam conectadas entre si para que sejam viáveis no cotidiano escolar. Por isso, a pergunta norteadora do estudo é; Como a gestão de conhecimento pode auxiliar na promoção da qualidade educacional nas instituições escolares?

GESTÃO ESCOLAR

A proposta de uma gestão deve valorizar a cultura do sucesso no ensino aprendizagem e na vida profissional, social e familiar de todos. Para implan- tar essa nova escola, é necessária uma gestão mais eficiente e moderna, e que novos papéis sejam atribuídos aos ge- stores para que o país possa cumprir o preceito constitucional de garantir toda a educação com qualidade e equidade.

A Lei de Diretrizes e Base da Ed- ucação Nacional (LDB) exige a redefinição de responsabilidade dos vários sistemas de ensino e novas in- cumbências da escola: como tarefas, funções ou atribuições para promover o fortalecimento gradativo de sua autonomia. Para isso é necessário optar pela gestão democrática, possibilitando à escola maior grau de autonomia e garantindo o pluralismo de ideia e con- cepções pedagógicas, com o objetivo de melhorar o nível de educação escolar oferecida. Para isso, essa organização, exige dos gestores um planejamento adequado e atitudes dinâmicas e em- preendedoras para orientar o seu pes- soal administrativo, técnico e docente.

O humanismo organizacional, a gestão de qualidade e a liderança situacional podem provocar as mudanças necessárias no interior da escola. No novo tipo de gestão, necessitam, prioritariamente, prevalecer à liderança, a participação, a criatividade, a iniciativa, a cooperação, e a motivação.

No entanto, o novo modelo de gestão educacional e escolar enfatiza a liderança, não mais realizada como no passado, por gente talentosa, com características de personalidade que induzem as pessoas ao trabalho e à participação.

CONSELHO ESCOLAR E LEGISLAÇÃO

Tendo em vista uma melhor compreensão e entendimento sobre Conselho Escolar, as linhas a seguir trata o tema com base em componentes presentes na legislação específica ou relacionada, além é claro de estudos e documentos formulados por instituições e estudiosos preocupados pela divulgação, discussão, ampliação e demais direcionamentos ligados ao estabelecimento dos Conselhos Escolares nas escolas.

Com base em um contexto histórico em torno do tema, MEC (2004) aponta que a origem e a natureza dos conselhos transitam pela construção histórica e social da política e da democracia, tornando possível a institucionalização da vida humana coletiva, desde seus primórdios.

Remetendo a Esparta e Atenas, apesar de se Esparta, por exemplo, operam na época funções administrativas, legislativas ou judiciárias, sendo tais funções exercidas por diversos órgãos representativos, como a Gerusia,

ou conselho dos anciãos. (COTRIM,1988)

Gohn (2001) relata em sua obra que Portugal no período entre os séculos XII e XV, se pautava nos "conselhos" municipais como forma político – administrativa do país perante suas colônias, tais como o Brasil, que por sua vez pautado neste sistema de gestão cria suas Câmaras Municipais e Prefeituras.

De acordo com Leher (2004), discursar sobre conselhos significa falar em uma luta histórica que ganhou força no século XIX, quando os trabalhadores começaram a se organizar justamente para ter uma política de educação pública, universal, laica e gratuita, direitos trabalhistas respeitados e dignidade, a exemplo da Comuna de Paris.

A abrangência dos Conselhos Escolares ganhou força a partir da Constituição Federal de 1988, através dos princípios educacionais estabelecidos, e que posteriormente foram implementados em outros documentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Vale ressaltar que os Conselhos no período de ditadura militar eram limitados, pois não se pautavam na discussão efetiva na política educacional, tendo em vista que se deram de maneira a dar importância para os problemas educacionais de forma superficial, ou seja, tais conselhos tinham como seus legítimos integrantes apenas especialistas e técnicos ligados ao governo. (LEHER,2004)

Coelho (2000) sugere que: As políticas públicas educacionais, desde as três últimas décadas do século XX, vêm sendo formuladas como resposta às transformações ocorridas nas esferas econômicas, social e cultural relacionadas ao processo de globalização econômica e às políticas correlatas no país; à transformação tecnológica e à sua repercussão sobre os processos produtivos; à nova organização do trabalho; ao papel regulador atribuído ao Estado e à ampliação da cobertura dos sistemas educativos (COELHO, 2000).

O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O trabalho pedagógico deve ser orientado, um bom projeto e a execução do mesmo é a intenção e a certeza de que a escola e seus profissionais realizam um trabalho de qualidade. Ele será o resultado de reflexões e questionamentos de seus profissionais sobre o que é a escola é hoje e o que poderá a vir a ser. Visando, a inovação da prática pedagógica da escola para elevar a qualidade do ensino, segundo Falcão Filho (1994, p. 46) ressalta:

[...] do aluno requer um conjunto de ações que apenas um docente não pode a formação realizar; portanto o processo de ensino – aprendizagem não se alimenta exclusivamente da contribuição individualizada de cada conteúdo ou professor isoladamente; pelo contrário, além dessas contribuições individuais, há aquelas provenientes do trabalho conjunto de todos os docentes e destes com os demais profissionais da educação lotados na escola (FALCÃO FILHO, 1994, p. 46).

O trabalho do coordenador deve ser orientado e isso, exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo. Tratase de um compromisso político que induz a competência profissional e acaba por refletir na ação do educador, em sala de aula, as mudanças almejadas. Todavia, a tarefa do coordenador é muito difícil de ser realizada, exige participação para a integração em sua complexidade.

Segundo Gandin (1983, p. 89), esta ação não é fácil, porque:

• Exige compromisso pessoal de todos.

• Exige abertura de espaços para a participação.

• Há necessidade de crer, de ter fé nas pessoas e nas suas capacidades.

• Requer globalidade (não é participação em alguns momentos isolados, mas é constante).

• Distribuição de autoridade.

• Igualdade de oportunidades em tomada de decisões.

• Democratização do saber.

Diante do exposto até aqui se conclui que a escola, é parte integrante da totalidade social, não é um produto acabado. É resultado, dos conflitos sociais que os trabalhadores vivem nas relações de produção, nas relações sociais e nas lutas de classe. É também fruto das lutas sociais pela escola como lugar para satisfazer a necessidade de conhecimentos, qualificação profissional, e de melhoria de suas condições de vida enquanto possibilita melhores empregos e o acesso a uma maior renda. Não se pode negar este direito aos trabalhadores, e, por isso, a escola pública, apesar dos pesares, é um espaço de Educação Popular. Contudo, caracteriza Brandão (1999, p. 15), em seu artigo:

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros (BRANDÃO, 1999, p. 15).

Segundo a LDB, para que a escola possa cumprir com este papel, será necessário investir na mudança de atitude do seu professor, do coordenador, no sentido de criar condições que favoreçam este elo, tendo como objetivo a valorização e a cultura do aluno e busque promover o diálogo com a cultura. Sem dúvida, é imprescindível a pre-

sença do coordenador, como instigador da capacitação docente, destacando a necessidade de adquirir conhecimento e condições de enfrentar as dificuldades próprias de sua profissão, como também, estar preparado para administrar as constantes mudanças, no contexto escolar.

Ressaltando que a LDB, no seu capítulo IX afirma: "quando se fala em uma nova abordagem pedagógica [...] e avaliação contínua do aluno, tudo isto exige um novo tipo de formação e treinamento ou retreinamento de professores". A LDB no seu art. 22 afirma: "a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

Lembrando que a escola deve trabalhar a educação, de maneira a ajudar de forma intencional, sistemática, planejada e contínua para os alunos que a frequentam. Esta educação deve ser diferente da forma como fazem as outras instituições como: a família, os meios de comunicação, o lazer e os outros espaços de construção do conhecimento e de valores para convivência social.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Toda a escola tem a sua história e o seu contexto onde está inserida, além de todo um currículo, métodos e toda a comunidade escolar. E para a construção de um Projeto Político Pedagógico é necessário análise de todos os campos citados acima e também direção política:

Projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

Sendo assim entendemos que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído através de discussões e planos com todos os envolvidos no contexto escolar: gestores, professores, funcionários e a comunidade escolar. Para que assim possa refletir a realidade da escola em busca de facilitar a ação educativa da escola em um todo.

O Projeto Político Pedagógico pelo que percebemos facilita a democratização na participação ativa da comunidade e dos alunos em tomadas de decisões relacionados à escola, exercendo assim o direito de todos a exercerem a cidadania.

Um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com a racionalidade interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente (VEIGA, 2001, p.110).

Mas para que ocorra essa democratização de forma efetiva, os gestores devem estar sempre orientados pelas Leis, decretos, portarias e Orientações Curriculares da Educação, pois o sentido fundamental do Projeto Político Pedagógico é fazer que realmente seja aplicado tudo que foi discutido e registrado no papel, e não sendo simplesmente uma atitude para mostrar aos órgãos superiores e por pura burocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo conhecimento teórico traz contribuições, materiais e respaldos fundamentais para que os profissionais da educação possam fundamentar suas ações em sala de aula e em todos ambiente escolar, e por esse motivo essa pesquisa espera poder trazer reflexão e dar voz aos Gestores, aos Professores, às famílias e à sociedade. Neste cunho, ainda que sem grandes pretensões, pretende-se contribuir cientificamente com o desenvolvimento deste trabalho.

Pela observação dos aspectos analisados, fica visível os avanços referente ao tema pesquisado, pois a gestão democrática escolar atualmente é um dos elementos principais e fundamentais para o sucesso escolar em todos os aspectos. É importante que os educadores conduzem e projetam na relação afetiva, dentro do processo de ensino-aprendizagem, a cultura do amor ao próximo, respeito mútuo e cooperação, independente das condições físicas, cognitivas e pessoais das pessoas.

Após todos os levantamentos e discussões, espera-se que, nos dias atuais, a Gestão Democrática Escolar não giram apenas em torno das discussões em grupos, e sim em um conjunto de participação democrática voltada à melhoria da qualidade de ensino e do bem estar de todos os alunos e da comunidade escolar em geral.

A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais. À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania.

Portanto, todos(as) autores(as) até